



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS
CURSO DE NUTRIÇÃO

ADRIELY ROCHA ARAUJO

**EVOLUÇÃO DA PREVALÊNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO NO ESTADO
DO MARANHÃO E CAPITAL, SÃO LUÍS, NO PERÍODO DE 2015 A 2024.**

**SÃO LUÍS
2025**

ADRIELY ROCHA ARAUJO

**EVOLUÇÃO DA PREVALÊNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO NO ESTADO
DO MARANHÃO E CAPITAL, SÃO LUÍS, NO PERÍODO DE 2015 A 2024.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca de defesa do Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Maranhão para obtenção de grau de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Tereza Borges Araujo Frota.

**SÃO LUÍS
2025**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rocha Araujo, Adriely.

EVOLUÇÃO DA PREVALÊNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO NO
ESTADO DO MARANHÃO E CAPITAL, SÃO LUÍS, NO PERÍODO DE 2015
A 2024 / Adriely Rocha Araujo. - 2025.
27 f.

Orientador(a): Maria Tereza Borges Araujo Frota.
Curso de Nutrição, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2025.

1. Aleitamento Materno. 2. Linha Histórica. 3.
Maranhão. 4. Alimentação Infantil. I. Borges Araujo
Frota, Maria Tereza. II. Título.

ADRIELY ROCHA ARAUJO

**EVOLUÇÃO DA PREVALÊNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO NO
ESTADO DO MARANHÃO E CAPITAL, SÃO LUÍS, NO PERÍODO DE
2015 A 2024.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Nutrição apresentado à banca de defesa do Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Maranhão.

Aprovado em 27 de fevereiro de 2025. Nota: 10

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra

MARIA TEREZA BORGES ARAUJO FROTA

Orientadora

Profa. Dra

NAYRA ANIELLY CABRAL CANTANHEDE

Examinador(a)

Profa. Dra

JOELMA XIMENES PRADO TEIXEIRA

Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me guiou e me permitiu concluir este trabalho. Expresso minha mais profunda gratidão à minha mãe, Valdirene da Silva Rocha, que, com todo amor e dedicação, fez o possível para que eu conseguisse chegar até aqui. Agradeço ao meu irmão, Ramon Rocha, que me transmitiu tantos ensinamentos e sempre acreditou em mim, mesmo quando me faltava fé. À minha prima, Magda Rocha, cujos conselhos e apoios constantes foram fundamentais nesta jornada.

Não deixaria de agradecer às minhas amigas, que estiveram comigo desde o início da graduação e, conseqüentemente, tornaram esse processo muito mais leve e prazeroso: Juliana Gama e Dyonara Linhares fazem parte desta conquista.

Minha singela gratidão à minha amiga Lawren Cristinne, e ao primo Thalys Rocha, que sempre se dispuseram a estar ao meu lado, oferecendo apoio e companhia quando precisei.

Aos meus professores, e especialmente à minha orientadora, Maria Tereza, que compartilharam conhecimento e orientação indispensáveis para esta realização.

Por fim, sou muito grata a mim mesma, que, mesmo com os incontáveis desafios, mantive a perseverança e não desisti.

RESUMO

Introdução: O aleitamento materno tem sido uma prática fundamental para garantir a saúde infantil. Apesar dos avanços dentro do sistema de saúde, a prática da amamentação ainda enfrenta diversos desafios. O estudo tem como objetivo analisar a evolução da prevalência do aleitamento materno no estado do Maranhão e na capital, São Luís, no período de 2015 a 2024, além de analisar fatores que influenciaram as variações nos índices de aleitamento materno, como a raça/cor. **Método:** Este é um estudo ecológico retrospectivo, com dados secundários coletados na plataforma do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde. As variáveis se referem ao consumo alimentar da primeira infância em duas vertentes: aleitamento materno exclusivo até seis meses de vida e aleitamento materno continuado, oferecido até 24 meses de idade, de acordo com o local de residência e raça. **Resultados:** Ao longo dos anos, os resultados mostraram crescimento consistente de ambos os tipos de aleitamento materno no Maranhão, porém com Aleitamento materno continuado (AM) superior ao Aleitamento Materno Exclusivo (AME). Em São Luís, a trajetória do AME foi instável, havendo uma queda expressiva em 2016. Entretanto, houve recuperação contínua desses índices nos anos seguintes. O AM, na capital, por sua vez, demonstrou crescimento linear, atingindo 80% em 2023. A desagregação por raça/cor revelou oscilações mais acentuadas no AME para crianças pretas, enquanto as crianças brancas apresentaram um desenvolvimento mais constante. Houve um crescimento exponencial do número de indivíduos acompanhados é um importante fator a se destacar, visto que, de 2015 até o final do ano de 2024, mais de 90 mil crianças foram acompanhadas pelo sistema. **Conclusão:** Apesar de breves oscilações, os achados deste estudo evidenciam uma evolução positiva na prevalência do aleitamento materno no estado do Maranhão e na capital, São Luís, ao longo do período analisado. Além disso, o aumento significativo do número de crianças acompanhadas reforça a importância da Vigilância Alimentar e Nutricional. No entanto, fragilidades, como os impactos da pandemia e os baixos registros em relação a crianças pretas, destacam a necessidade da implementação de políticas públicas e do fortalecimento das existentes, para que garantam mais equidade e melhorem o apoio às mães que desejam amamentar.

Palavras-chaves: Aleitamento materno; Tendência; Brasil; Alimentação infantil.

ABSTRACT

Introduction: Breastfeeding plays a fundamental role in ensuring infant health. Despite advancements in the healthcare system, breastfeeding still faces several challenges. This study aims to examine the trends in breastfeeding prevalence in the state of Maranhão and its capital, São Luís, from 2015 to 2024, as well as analyze factors influencing variations in breastfeeding rates, such as race. **Method:** This is a retrospective ecological study using secondary data collected from the Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN) of the Ministry of Health. The variables refer to early childhood dietary intake in two dimensions: exclusive breastfeeding (EBF) up to six months of age and continued breastfeeding (CBF) up to 24 months, analyzed by place of residence and race. **Results:** Over the years, findings indicated a consistent increase in both types of breastfeeding in Maranhão, with CBF always higher than EBF. In São Luís, EBF trends were unstable, with a significant decline in 2016. However, a continuous recovery followed in the subsequent years. CBF in the capital, on the other hand, showed a linear increase, reaching 80% in 2023. When analyzed by race, EBF rates showed greater fluctuations among Black children, whereas White children exhibited a steadier trend. A significant factor to highlight is the exponential growth in the number of monitored individuals, with over 90,000 children tracked by the system from 2015 to the end of 2024. **Conclusion:** Despite minor fluctuations, the findings of this study indicate a positive trend in breastfeeding prevalence in Maranhão and São Luís over the analyzed period. Additionally, the substantial increase in the number of monitored children reinforces the importance of Food and Nutrition Surveillance. However, challenges such as the impact of the COVID-19 pandemic and underreporting among Black children underscore the need for the implementation and strengthening of public policies to ensure greater equity and improve support for mothers who wish to breastfeed.

Keywords: Breastfeeding; Trend; Brazil; Infant nutrition.

LISTA DE SIGLAS

AM	Aleitamento Materno Continuado
AME	Aleitamento Materno Exclusivo
APS	Atenção Primária em Saúde
BLH	Banco de Leite Humano
EAAB	Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil
ENANI	Estudo Nacional de Educação e Nutrição Infantil
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
IAHC	Iniciativa Hospital Amigo da Criança
IUBAAM	Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação
OMS	Organização Mundial da Saúde
SISVAN	Sistema de Vigilância Sanitária e Nutricional
SUS Sistema	Único de Saúde
VAN	Vigilância Alimentar e Nutricional

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crianças com registro de consumo alimentar no SISVAN, entre 2015 e 2024. Maranhão.....	14
Gráfico 2 – Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) e Aleitamento Materno Continuado (AM) no Maranhão, de 2015 a 2024.....	15
Gráfico 3 – Quantidade de crianças acompanhadas no SISVAN em São Luís, de 2015 a 2024	16
Gráfico 4 – Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) e Aleitamento Materno Continuado (AM), em São Luís, por período.....	17
Gráfico 5 – Quantidade de crianças pretas e brancas acompanhadas no SISVAN em São Luís, de 2015 a 2024.....	18
Gráfico 6 – Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo, no Maranhão, por raça/cor..	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo Geral.....	12
2.2 Objetivos Específicos.....	12
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	13
4 RESULTADOS.....	14
4 DISCUSSÃO.....	20
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

O leite materno é considerado o alimento mais completo disponível, constituindo a principal fonte de alimento para as crianças e padrão ouro para recém nascidos. (Brasil, 2015; Vitolo, 2014) A prática da amamentação não apenas beneficia o bebê, mas também traz benefícios significativos para a mãe, uma vez que mães que amamentam têm menos chances de desenvolver câncer de mama ou de ovário, enquanto o lactente além de estar protegido das inúmeras doenças infecciosas, também melhora o seu desenvolvimento, reduzindo a mortalidade nessa fase. (Feitosa et al., 2020).

O aleitamento materno exclusivo (AME), que é quando o bebê é alimentado apenas com leite materno, seja ele direto da mama ou ordenhado, sem adição de outros líquidos ou sólidos, é recomendado até os seis primeiros meses de vida. Essa prática assegura que o bebê receba os nutrientes necessários para um desenvolvimento adequado. Após esse período, a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza a continuidade do aleitamento materno complementado até os 2 anos de idade ou mais, onde a introdução de outros alimentos e bebidas são incluídos na dieta da criança. (Brasil, 2015)

Entretanto, apesar das amplas evidências científicas que comprovam as vantagens da amamentação em comparação a outras formas de nutrição para crianças pequenas, e mesmo com os esforços de várias entidades nacionais e internacionais, as taxas de aleitamento materno, especialmente o exclusivo, no Brasil, permanecem inferiores às recomendações internacionais e do Ministério da Saúde. (Brasil, 2015) Segundo o Estudo Nacional de Educação e Nutrição Infantil (ENANI), a taxa de AME foi de 45,8% em todo o Brasil, com variações regionais que mostraram também que a região Nordeste tem o menor índice de AME, com a taxa de 39%. (ENANI, 2020)

Um estudo desenvolvido na capital do Maranhão, São Luís, com mais de 3000 mães, mostrou que a maioria das crianças eram amamentadas até os 24 meses de vida, porém apenas 42,9% das crianças receberam o leite materno exclusivamente até o sexto mês de vida. (Rieth et al., 2016) Outra pesquisa realizada em Imperatriz, investigou a prevalência do AME e os fatores que contribuem para o desmame precoce. Os resultados apontaram que somente 30% das crianças receberam AME até o sexto mês, revelando uma baixa prevalência no município. (Costa et al., 2023) Esse cenário é preocupante, pois a introdução precoce de

outros alimentos antes desse período não traz benefícios e pode, inclusive, comprometer a saúde da criança, especialmente quando os alimentos oferecidos possuem valor nutricional inferior ao leite materno (Brasil, 2009).

Considerando esses resultados, torna-se essencial o acompanhamento do consumo alimentar das crianças para compreender padrões da alimentação e embasar ações de promoção a saúde. Nesse contexto, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), surge como uma ferramenta fundamental para gerenciar as informações de Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), fornecendo relatórios contínuos sobre o estado nutricional e o consumo alimentar da população assistida pela Atenção Primária em Saúde. (Silva et al., 2022; Brasil, 2004)

Portanto, o presente estudo visa analisar a evolução da prevalência do aleitamento materno no estado do Maranhão, com um foco especial na capital, São Luís. A investigação busca identificar as mudanças nas taxas de aleitamento ao longo do tempo, considerando fatores sociais, culturais e de saúde que influenciam essa prática. Compreender essa dinâmica é muito importante para a implantação de políticas públicas e estratégias de promoção do aleitamento materno, visando melhorar a saúde infantil e apoiar as mães durante a amamentação.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução da prevalência do aleitamento materno exclusivo e continuado no estado do Maranhão e na capital, São Luís, no período de 2015 a 2024.

2.2 Objetivos Específicos

Identificar tendências e fatores que influenciaram as variações nos índices de aleitamento materno no período avaliado;

Verificar a prevalência de aleitamento materno de acordo com a cor da pele da criança;

Elaborar a linha de tendência temporal do aleitamento materno exclusivo e aleitamento materno continuado entre a capital e as demais regiões do estado..

3 MATERIAL E MÉTODOS

Estudo ecológico retrospectivo, realizado com a utilização de dados secundários, obtidos na plataforma digital do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)¹.

Foram utilizados dados referentes ao consumo alimentar de crianças com até 24 meses de idade, no estado do Maranhão. O levantamento das informações foi feito a partir de duas categorias: consumo de aleitamento materno exclusivo (AME), que consiste em alimentar a criança apenas com leite materno, direto da mama ou ordenhado, sem adição de outros líquidos ou sólidos, para crianças de até seis meses de vida. E o consumo de aleitamento materno continuado (AM), quando, além do leite materno, a criança também recebe qualquer alimento sólido ou semissólido com o objetivo de complementá-lo, e não de substituí-lo, para aquelas com até 24 meses de idade. (Brasil, 2015)

As variáveis consideradas na coleta dos dados foram: municípios do estado do Maranhão, onde residem os indivíduos estudados; faixa etária (menores de 6 meses e de 6 a 23 meses completos); período (do ano de 2015 até o ano de 2024); raça/cor da criança declarada pela mãe.

O estudo engloba o público infantil atendido na Atenção Primária de Saúde (APS) e no Sistema Único de Saúde (SUS) e que tem seus dados registrados no SISVAN. A coleta e análise dos dados foram realizadas considerando a totalidade da amostra e, adicionalmente, segmentadas por raça/cor (branca e preta/negra). Essa abordagem permitiu uma melhor análise de possíveis diferenças entre os grupos analisados.

Por serem utilizados dados disponíveis na plataforma SISVAN Web e acessíveis publicamente para consulta, o estudo é dispensado de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

¹ Disponível em: <<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>>:

4 RESULTADOS

Foi avaliado um total de 93.090 crianças de zero a 23 meses de idade quanto à situação de aleitamento materno exclusivo e continuado no período compreendido entre 2015 e 2024 no Maranhão. Em valores absolutos, o total de crianças acompanhadas ao longo desse período revela um aumento significativo na quantidade de crianças que tiveram o consumo alimentar de leite materno registrado no SISVAN, com maior expressão entre aquelas entre seis a 23 meses de idade.(Gráfico 1)

Gráfico 1 – Crianças com registro de consumo alimentar no SISVAN, entre 2015 e 2024. Maranhão

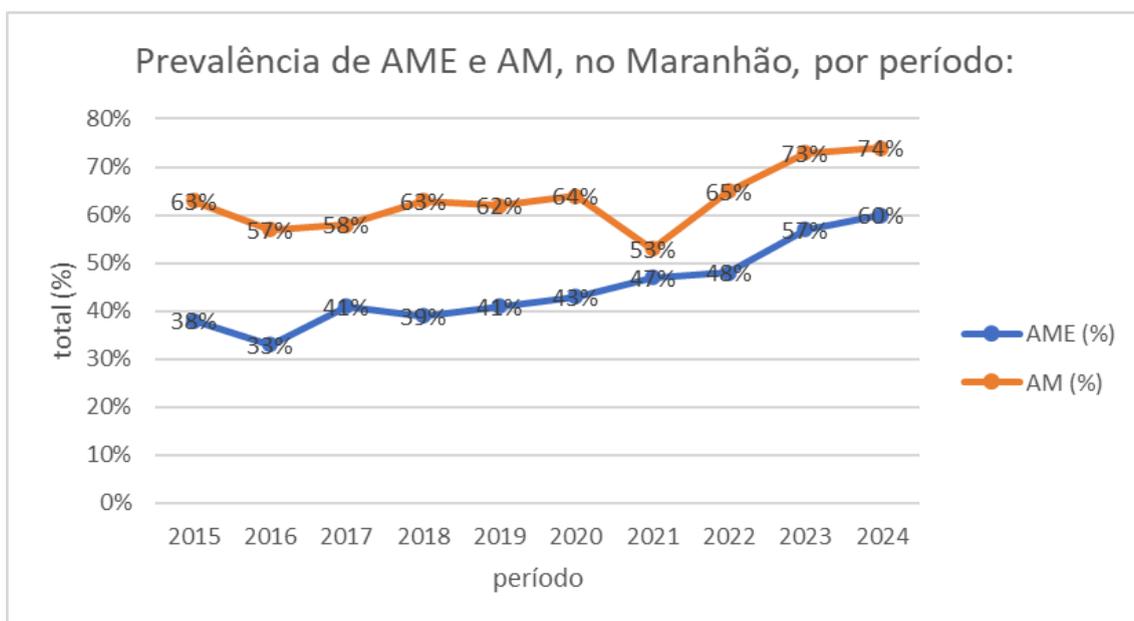


Fonte: SISVAN.

Os resultados obtidos demonstram crescimento consistente nas duas práticas de aleitamento no estado como um todo no período avaliado, embora sempre com superioridade do AM em comparação ao AME. (Gráfico 2) O indicador de AME iniciou o período com taxa de 38% na base de 2015. Esse indicador cresceu anualmente, atingindo 43% em 2020, com aumento mais acentuado a partir do ano de 2021. De acordo com a projeção, em 2024 a taxa alcança cerca de 60%, ou seja, próximo ao dobro do índice do início dessa série histórica.

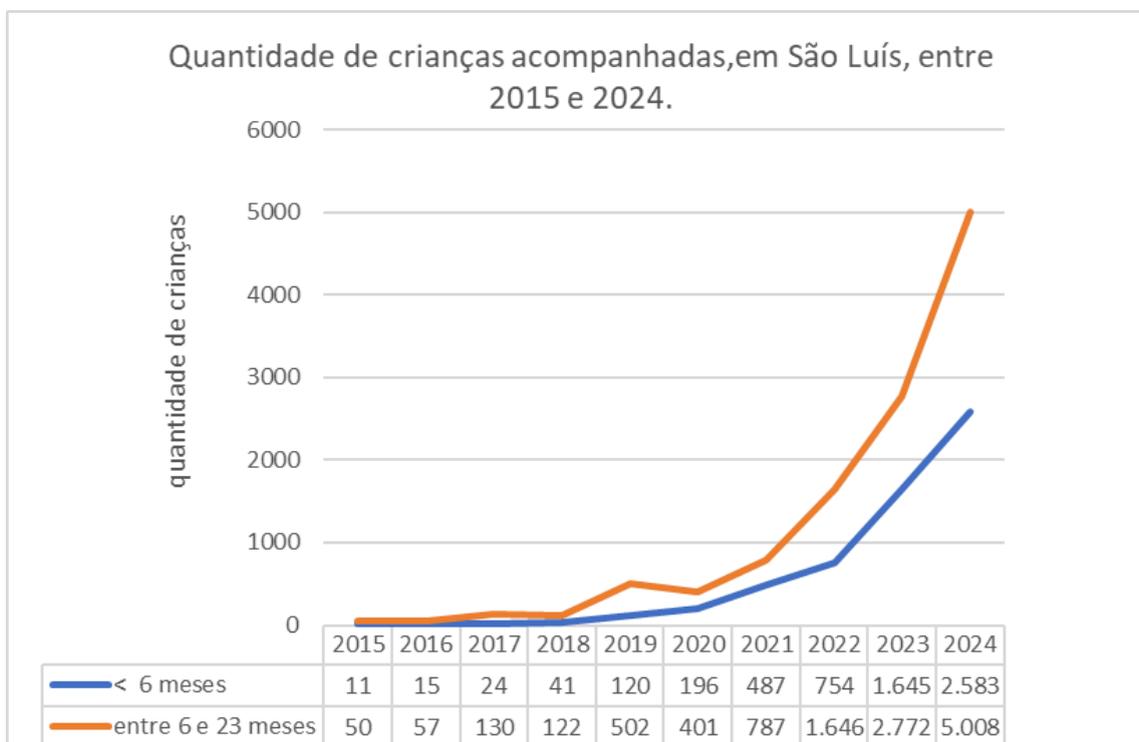
A mesma lógica se aplica à prevalência do aleitamento materno continuado, que com o passar dos anos, também teve uma tendência crescente. Em 2015, a taxa estava em 63% e continuava a subir uniformemente. A partir de 2020, assim como no caso do AME, a prática de AM registrou um crescimento mais acelerado, atingindo 74% em 2024.

Gráfico 2 – Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) e Aleitamento Materno Continuado (AM) no Maranhão, de 2015 a 2024.



Fonte: SISVAN.

Ao fazer o recorte da amostra para a capital, São Luís, observa-se o mesmo aumento exponencial na quantidade de crianças com consumo alimentar registrado no SISVAN apresentado no estado, variando de 65 crianças, quando começou a avaliação, para 7591 crianças em 2024. (Gráfico 3)

Gráfico 3 – Quantidade de crianças acompanhadas no SISVAN em São Luís, de 2015 a 2024

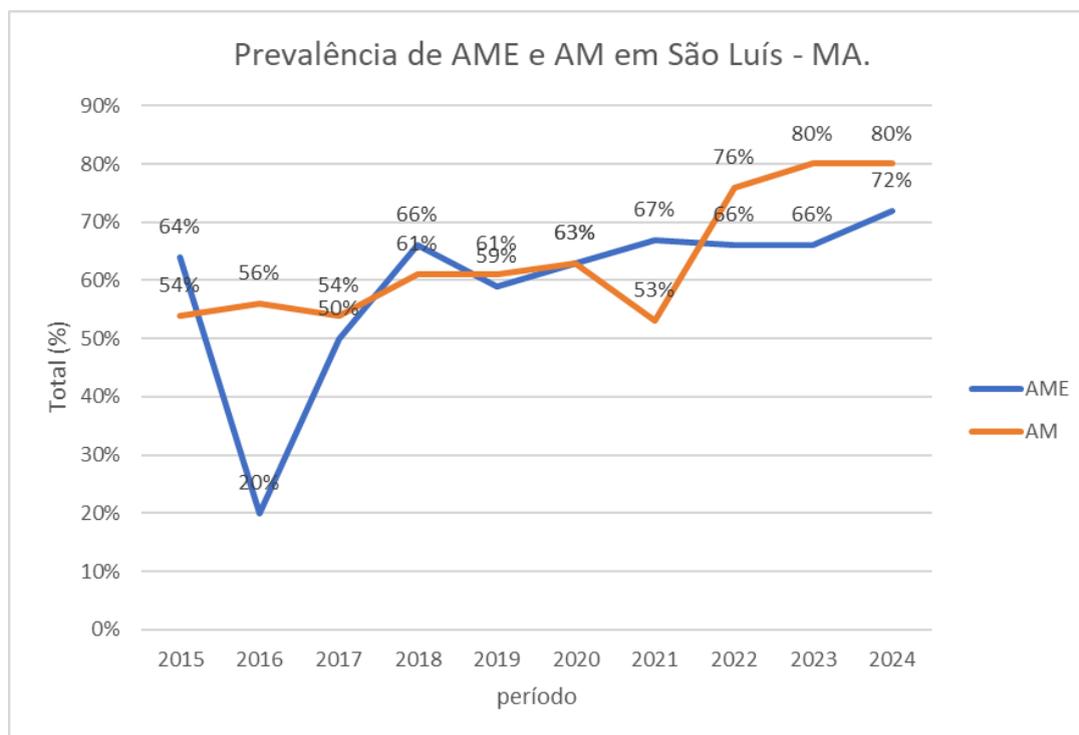
Fonte: SISVAN

A prevalência de AME em São Luís seguiu uma trajetória marcada por variações consideráveis. Em 2015, o índice era de 54%, porém sofreu uma queda brusca em 2016 chegando a 20%. No entanto, a partir de 2017 observou-se uma recuperação constante dessa taxa, com o índice alcançando 66% em 2018 e mantendo-se relativamente estável nos anos subsequentes. Nos anos mais recentes, entre 2022 e 2024, o AME voltou a subir e atingiu 72% em 2024.

Em relação ao AM, os dados indicam uma estabilidade inicial. Em 2015, a prevalência era de 56%, com leves oscilações nos anos seguintes. Após uma recaída para 53% em 2019, o índice começou a subir de forma consistente, alcançando 80% em 2023 e permanecendo nesse nível em 2024.

Os índices verificados na capital são superiores ao estado, tanto para o AM quanto para o AME em todos os períodos avaliados. Assim como observado no estado, percebe-se que na capital o AM também apresentou prevalências superiores ao AME, evidenciando que, apesar de muitas crianças serem amamentadas, boa parte delas recebe complementação alimentar antes dos seis meses de vida (Gráfico 4).

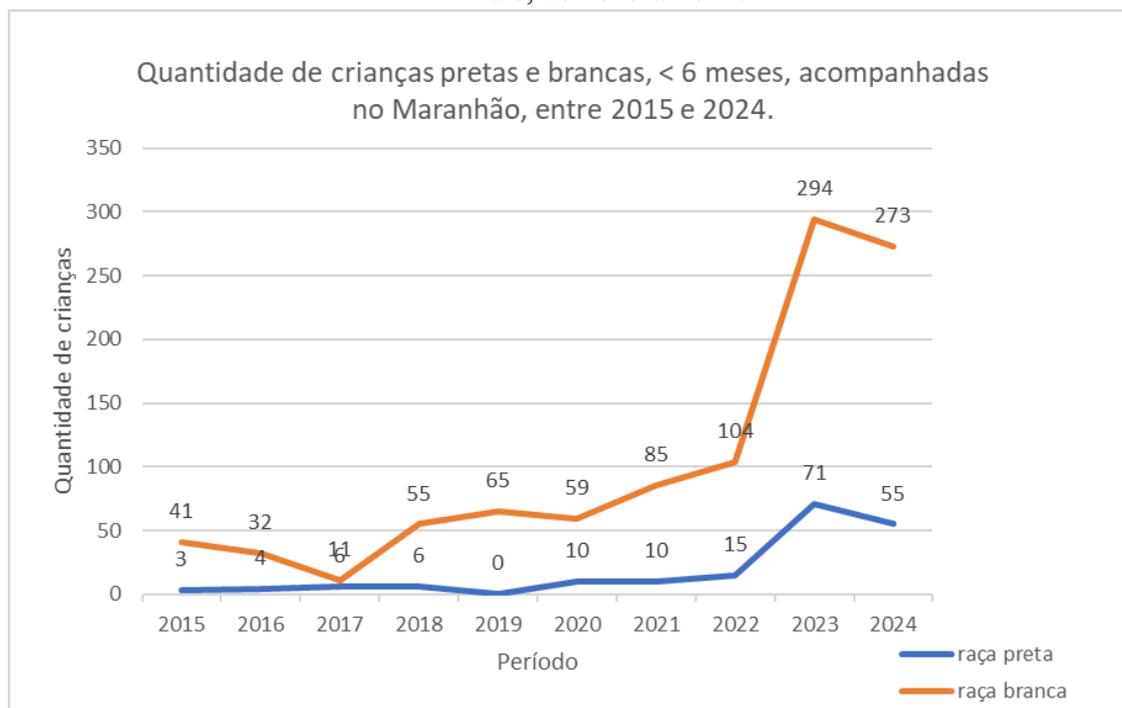
Gráfico 4 – Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) e Aleitamento Materno Continuado (AM), em São Luís, por período.



Fonte: SISVAN.

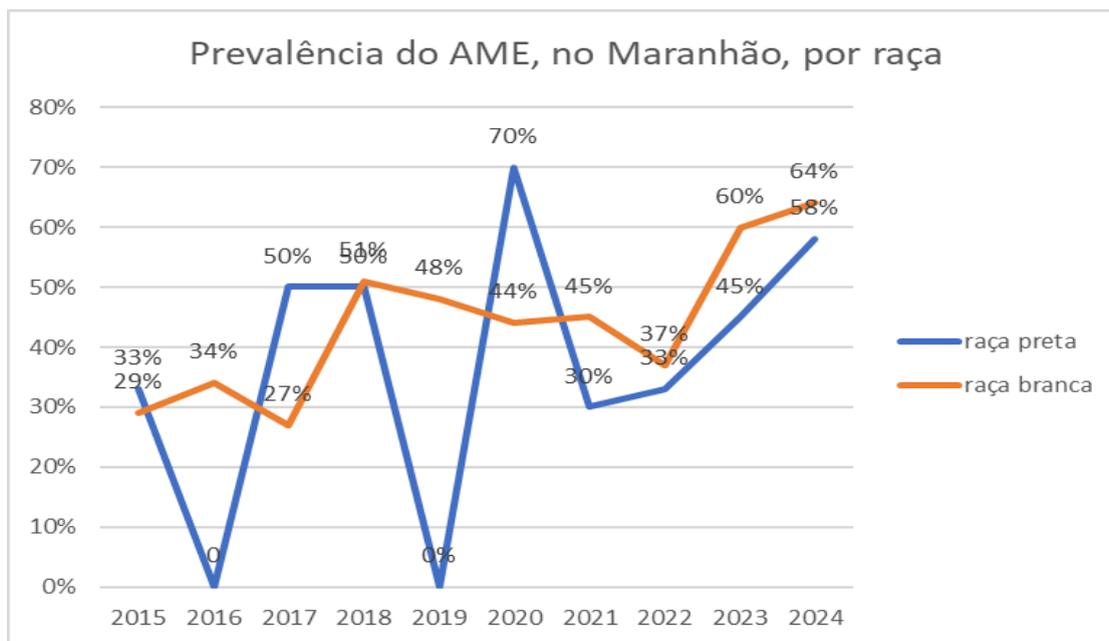
Neste estudo também foi feito um recorte das prevalências de AM e AME para a cor/raça das crianças avaliadas no Maranhão. No que diz respeito a quantidade de crianças pretas e brancas com consumo alimentar registrado, é notória a disparidade entre os valores, uma vez que, mesmo evoluindo, com 55 infantes relatadas no último ano da pesquisa, os registros de indivíduos, menores de seis meses, de cor preta são expressivamente subordinados em relação aos registros da raça branca que contabilizaram 273 crianças até o final de 2024. (Gráfico 5)

Gráfico 5 – Quantidade de crianças pretas e brancas acompanhadas no SISVAN em São Luís, de 2015 a 2024.



Fonte: SISVAN.

O Gráfico 6 mostra a prevalência do aleitamento materno exclusivo (AME) no Maranhão, segmentada por raça preta e branca, entre 2015 e 2024. Observa-se que a proporção entre crianças pretas é marcada por grandes oscilações, começando em 33% em 2015, caindo para 0% em 2016 e atingindo picos como 70% em 2020, seguido de outra queda para 0% em 2021. Esses valores de 0% refletem que, durante a pesquisa, nos anos de 2016 e 2021, na base de dados utilizada, não foram informados dados sobre AME na região. Já nos últimos anos, há uma recuperação consistente, alcançando 64% em 2024. Em relação às mulheres brancas, a prevalência apresenta um crescimento mais estável, iniciando em 29% em 2015 e aumentando gradualmente até 58% em 2024, sem quedas abruptas.

Gráfico 6 – Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo, no Maranhão, por raça/cor.

Fonte: SISVAN.

4 DISCUSSÃO

A implementação eficaz do aleitamento materno no Maranhão representa um grande desafio na consolidação das estratégias em saúde pública. Entretanto, apesar das dificuldades, o presente estudo mostrou que, desde 2015, vêm ocorrendo melhorias significativas dessa prática no estado, principalmente em relação ao Aleitamento Materno Exclusivo (AME), cujas taxas praticamente dobraram. Tal avanço pode ser explicado, pelo menos em parte, pela implementação de várias políticas públicas pautadas no Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, criado em 1981. (Venâncio et al., 2013)

Estudo que avaliou a prevalência de aleitamento materno exclusivo no estado do Pará entre 2015 e 2019, utilizando o SISVAN, e concluiu que a prevalência foi 72%, 71%, 77%, 65% e 64% respectivamente, apesar de um breve desequilíbrio nos índices, a situação ainda foi classificada como “boa” de acordo com a OMS. (Costa e Costa, 2024) Este estudo mostrou que, no Maranhão, o número de crianças relatadas no SISVAN cresceu consideravelmente. Mais de dez mil crianças foram inseridas no sistema desde o início dos registros sobre o AM, em 2015. Em relação ao AME cerca de 7.204 crianças foram acompanhadas no sistema.

Embora São Luís faça parte do estado do Maranhão, os dados sobre aleitamento materno apontam diferenças relevantes entre a capital e o estado como um todo. Excluindo o ano de 2016, os índices na capital nunca foram tão baixos comparados às taxas iniciais da pesquisa em todo o estado. Isso, provavelmente, é reflexo de um melhor desenvolvimento do sistema de saúde da capital em relação aos municípios do interior do estado. Um estudo visando perceber as particularidades da Atenção Primária à Saúde (APS), na região interior do Maranhão, destacou como principais problemas, a escassez de profissionais de saúde e a infraestrutura inadequada das unidades de saúde. (OPAS, 2017)

Conforme os resultados apresentados foi possível identificar que apesar dos avanços de ambos os tipos de aleitamento, o AME segue sempre aquém do AM. Almeida et al. (2022), caracterizou o retorno da mãe ao trabalho fora de casa como um fator de risco para o desmame precoce. No estudo conduzido por Gebrekidan et al. (2021), realizado na Etiópia, apenas 21% das mães empregadas no país mantêm o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade da criança. Fatores como a falta de recursos físicos, tempo insuficiente para amamentação durante o expediente e a ausência de políticas de apoio foram identificados como barreiras significativas para a continuidade da amamentação. Essa situação pode ser facilmente comparada com a realidade das mães maranhenses uma vez que,

essas também enfrentam desafios semelhantes que dificultam a prática do AME, como por exemplo o curto período de 120 dias de licença-maternidade estabelecido no Brasil, (Brasil, 1988) além da ausência de locais apropriados para a amamentação no ambiente de trabalho. (Silva, 2005)

Em relação às taxas de AME e AM analisadas no Maranhão, não foram observadas reduções expressivas ao longo do período estudado. No entanto, verificou-se uma queda significativa de aproximadamente 10% no Aleitamento Materno Continuado em 2021, possivelmente associada aos impactos da pandemia de COVID-19. O estudo de Silva et al. (2024) demonstrou que a pandemia foi um dos fatores determinantes nas dificuldades para a continuidade do aleitamento materno, tanto pelas implicações das medidas de prevenção quanto pela falta de apoio profissional presencial. Além disso, muitas mulheres optaram por interromper a amamentação devido ao receio de transmitir o vírus ao bebê. (Silva et al., 2023)

No âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), existem alguns recursos como, a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) e o Banco de Leite Humano (BLH) que desempenham um papel fundamental na promoção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável em todo o país. (Venancio et al., 2016) No Maranhão, entre 2013 e 2019, mais de 200 tutores foram capacitados pela EAAB (Maranhão, 2022) Entretanto, o número de instituições voltadas ao funcionamento de BLHs ainda é bem reduzido no estado, com unidades disponíveis em apenas três municípios: São Luís, Caxias e Imperatriz. (Maranhão, 2022) Logo, é importante manter o esforço para fortalecer e ampliar essas estratégias de apoio, a fim de evitar retrocessos dos índices de aleitamento materno no estado.

No Brasil, a raça/cor do indivíduo está diretamente relacionada às condições socioeconômicas que, por sua vez, impactam o acesso aos serviços de saúde, educação e alimentação. (Cavalcante et al., 2021) Dessa forma, para um resultado mais específico, o estudo foi segmentado também por raça, a fim de identificar possíveis desigualdades relacionadas ao aleitamento materno, considerando fatores sociais, econômicos e culturais que podem influenciar nessa prática.

A segmentação do estudo por raça apresentou inconsistências, pois, por motivos desconhecidos, não houve registro das taxas de AME para mulheres pretas no Maranhão nos anos de 2016 e 2019. Essa ausência de dados compromete a possibilidade de uma análise detalhada da realidade pesquisada. Além disso, a quantidade de crianças de cor preta, menores de 6 meses, informadas no SISVAN, é muito inferior às da raça branca, pois em todo o estado do Maranhão, somente 180 crianças pretas foram acompanhadas em 10 anos,

enquanto mais de mil bebês de cor branca foram acompanhados, demonstrando, dessa forma, mais uma fragilidade e negligência por parte do sistema de saúde que deve ser intervida. É importante ressaltar que houve uma queda significativa na prevalência de AME entre mulheres pretas em 2021, o que reforça os impactos do período pandêmico, e ainda o retorno da mulher no mercado de trabalho, nessa prática.

A pandemia expôs ainda mais as desigualdades sociais e raciais no acesso à saúde. Uma revisão integrativa baseada em dados populacionais apontou que ser negro ou pardo no país representava um fator de risco para o agravamento da COVID-19 (Cavalcante et al., 2021). Além disso, um estudo conduzido em hospitais da rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS) durante esse período revelou que mulheres pretas e pardas tiveram 33% menos chances de receber orientações sobre aleitamento materno durante a gestação, parto e pós-parto (Silva et al., 2024).

Os resultados obtidos na presente pesquisa demonstram o avanço do aleitamento materno no Maranhão, contudo revelam também obstáculos persistentes e desigualdades no acesso à informação e à assistência adequada, especialmente entre mulheres pretas. Ademais, a amamentação foi prejudicada durante a pandemia de COVID-19, o que reforça a necessidade de aprimorar as estratégias voltadas à proteção da saúde materno-infantil diante de emergências sanitárias.

Uma medida bastante interessante é a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM), utilizada inicialmente no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover apoio e proteção ao aleitamento materno (Alves et al., 2013). Essa estratégia visa, basicamente, o cumprimento dos Dez Passos para o Sucesso da Amamentação, ação fruto de uma revisão sistemática de Oliveira et al., (2005) sobre as intervenções conduzidas nas fases de pré-natal e acompanhamento do binômio mãe-bebê que foram efetivas em estender a duração da amamentação. Dentre esses passos, destacam-se a capacitação dos profissionais, as orientações sobre o manejo da amamentação e os grupos de apoio à amamentação com mães. (Pereira et al., 2010) Estados como o Paraná e o Rio Grande do Sul também aderiram a implantação da IUBAAM, (Portal aleitamento, 2011) e aparentemente obtiveram sucesso em seus índices de aleitamento na região, visto que, segundo o ENANI, a região sul do Brasil, com 54,3%, apresentou a maior prevalência de aleitamento materno exclusivo do país. (ENANI, 2020)

A expansão da IUBAAM para o Maranhão configura uma ótima alternativa, pois poderia fortalecer as ações de promoção ao aleitamento materno no estado, complementando as iniciativas já existentes, como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IAHC), medida já

iniciada globalmente pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), juntamente da OMS, em 1991-1992, (Melo et al., 2017) aumentando assim as taxas de aleitamento materno no estado.

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam contribuições significativas para a compreensão da situação do aleitamento materno no estado do Maranhão. No entanto, algumas limitações merecem atenção. O SISVAN, banco de dados utilizado na realização da pesquisa, apesar de uma ferramenta muito útil e acessível, trata-se de um sistema público e pode apresentar falhas nos registros e inconsistências nos dados reportados, fatores que estão fora do controle do pesquisador. Essas limitações podem afetar a precisão das análises, especialmente em relação à segmentação por raça e ao acompanhamento em áreas mais remotas do estado.

Contudo, o aumento expressivo de crianças menores de 24 meses que tiveram o consumo alimentar avaliado e registrado na plataforma do SISVAN no período avaliado merece reconhecimento. Afinal, este estudo só foi possível graças aos registros do SISVAN. Isso realça a importância da implementação de ações que visem à capacitação dos trabalhadores em saúde sobre a necessidade de utilizar a Ficha de Consumo Alimentar do SISVAN e incluir a Vigilância Alimentar e Nutricional na rotina da APS, dentre outras estratégias que fortaleçam e ampliem o SISVAN. Desta forma, será possível obter informações fidedignas, em tempo real, para subsidiar não somente pesquisas, como o conhecimento do território para a tomada de decisões pelas equipes de saúde.

REFERÊNCIAS

ALEITAMENTO.COM. IUBAM – Unidade Básica Amiga Da Amamentação. **Portal Aleitamento.com**. Brasil, 7 fev. 2011. Disponível em: <https://aleitamento.com.br/secoes/amamentacao/iubam-unidade-basica-amiga-da-amamentacao/2836/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

ALMEIDA, L. M. N. et al. A influência do retorno ao trabalho no aleitamento materno de trabalhadoras da enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0183>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ALVES, A. L. N.; OLIVEIRA, M. I. C. DE.; MORAES, J. R. D. Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação e sua relação com o aleitamento materno exclusivo. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 6, p. 1130–1140, dez. 2013.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Saúde Brasil 2009: uma análise da situação de saúde e da vigilância em saúde no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2009.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 11.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN: orientações básicas para a coleta, o processamento, a análise de dados e a informação em serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sisvan.pdf>.

CAVALCANTE, G.S. et al. Integrative Literature Review on COVID-19 racial ethnic disparities among black pregnant and postpartum women. **Pubsaúde**, n. 8, a248. 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.31533/pubsaude8.a248>

COSTA, E. F. T. et al. A prevalência do aleitamento materno exclusivo e os fatores causais para o desmame precoce na cidade de Imperatriz/MA. **Research, Society and Development**,

v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39233>. Acesso em: 19 fev. 2025.

COSTA, Leticia Corrêa dos Santos; COSTA, Priscila Matos de Pinho. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E PREVALÊNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO NO ESTADO DO PARÁ POR MEIO DO SISVAN-WEB, NO PERÍODO DE 2015 A 2019. **Revista CPAQV** - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 16, n. 2, 2024. Disponível em: <<https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/1728>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

FEITOSA, M. E. B.; SILVA, S. E. O. da; SILVA, L. L. da. Aleitamento materno: causas e consequências do desmame precoce. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e856975071, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.5071. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5071>. Acesso em: 20 Fev. 2025.

FOCINHA, Júnior. Maranhão alcança quase 50% de aleitamento materno exclusivo entre crianças de até 6 meses. **Governo do Estado do Maranhão**. São Luís, 2023. Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/noticias/maranhao-alcanca-quase-50-de-aleitamento-materno-exclusivo-entre-criancas-de-ate-6-meses>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

GEBREKIDAN, H. et al. Factors associated with exclusive breastfeeding among employed mothers in Ethiopia: a cross-sectional study. **PLOS ONE**, v. 16, n. 7, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0252445>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MELO, Rayanne Sousa; COSTA, Ana Cristina Pereira De Jesus; DOS SANTOS, Leonardo Hunaldo; et al. Práticas De Aleitamento Materno Exclusivo Entre Profissionais De Saúde De Um Hospital Amigo Da Criança. **Cogitare Enfermagem**, v. 22, n. 4, 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/50523>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

OLIVEIRA, Maria Inês Couto De; CAMACHO, Luiz Antonio Bastos; SOUZA, Ivis Emília De Oliveira. Promoção, proteção e apoio à amamentação na atenção primária à saúde no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma política de saúde pública baseada em evidência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 6, p. 1901–1910, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Atenção à saúde em municípios de pequeno porte do Maranhão**: Efeitos do Programa Mais Médicos. Brasília, DF: OPAS, 2016. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/34284/9788579671173-por.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 11 Fev. 2025.

PEREIRA, Rosane Siqueira Vasconcellos; OLIVEIRA, Maria Inês Couto de; ANDRADE, Carla Lourenço Tavares de; et al. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo: o papel do cuidado na atenção básica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, p. 2343–2354, 2010. RIETH, N. F. D.; COIMBRA, L. C. Caracterização do aleitamento materno em São Luís, Maranhão. **Revista Pesquisa em Saúde**. V. 17, n. 1, p. 7-12, 2016.

SILVA, Clariana Falcão; BEZERRA, Iolanda Carlli da Silva; SOARES, Anniely Rodrigues; et al. Implicações da pandemia da COVID-19 no aleitamento materno e na promoção da saúde: percepções das lactantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2183–2192, 2023.

SILVA, Isilia Aparecida. A vivência de amamentar para trabalhadoras e estudantes de uma universidade pública. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, p. 641–646, 2005.

SILVA, Patrícia Corrêa Da; STEDILE, Nilva Lúcia Rech; CAPITANI, Luana Camila; et al. Aleitamento Materno E Seus Desafios: A Importância Da Assistência De Enfermagem Na Prevenção Ao Desmame Precoce. In: ZANGÃO, Maria Otilia Brites (Ed.). **Aleitamento materno no contexto social**. 1. ed. [s.l.]: Atena Editora, 2022, p. 54–67. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/5144>>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SILVA, Thales Philipe Rodrigues da; SOARES, Lorryne Oliveira Dias; SANTOS, Luana Carolina dos; et al. Fatores associados à duração do aleitamento materno durante a pandemia da COVID-19: estudo de sobrevivência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 58, p. e20240078, 2024.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISVAN. Sobre o SISVAN. **Ministério da Saúde**. Brasília, Brasil. Disponível em: <<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>> Acesso em: 10 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Aleitamento materno**: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos 4: ENANI 2019. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021. (108 p.). Coordenador geral, Gilberto Kac. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: 3 Fev. 2025.

VENANCIO, Sonia Isoyama; GIUGLIANI, Elsa Regina Justo; SILVA, Osvaldinete Lopes de Oliveira; et al. Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00010315, 2016.

VENÂNCIO, Sônia Isoyama; MARTINS, Maria Cezira Nogueira; SANCHES, Maria Teresa Cera; et al. Análise de implantação da Rede Amamenta Brasil: desafios e perspectivas da promoção do aleitamento materno na atenção básica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 2261–2274, 2013.

VITOLO, M. R. **Nutrição**: da gestação ao envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rubio, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Breastfeeding. **World Health Organization**. Nova Iorque, 2025. Disponível em: <<https://www.who.int/health-topics/breastfeeding>>. Acesso em: 10 fev. 2025